

DEMOCRACIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS PARA SUA CONCRETIZAÇÃO

Kelianna Queiroz Costa¹; Carlos André Sousa Dublante²

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Imperatriz-MA. Brasil.

kelianna.costa@discente.ufma.br

²Doutor em Educação. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA. Brasil.

carlos.dublante@ufma.br

Introdução

A presente pesquisa tem como motivação a compreensão acerca da democracia e da gestão democrática na escola pública, questão que se insere no âmbito das pesquisas desenvolvidas na escrita da dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Centro de Ciências de Imperatriz (CCIM). Tal interesse emerge da constatação de que, embora amplamente defendida no campo educacional e instituída como princípio constitucional, a gestão democrática apresenta desafios significativos em sua concretização nas escolas públicas, o que suscita a necessidade de análise teórica que contribua para a compreensão de seus limites e possibilidades. A gestão democrática constitui um dos princípios que orientam a educação pública brasileira, estando expressamente prevista no artigo 206, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, nesse sentido, a literatura educacional destaca que a gestão democrática representa uma condição essencial para a efetivação de uma educação comprometida com a formação cidadã e com a democratização das relações escolares.

Conforme Paro (2017), a democratização da escola pública relaciona-se à participação efetiva dos sujeitos nas decisões, superando práticas autoritárias historicamente presentes na organização escolar. Entretanto, embora prevista no plano legal e fundamentada no princípio democrático (Bobbio, 1986), sua concretização no cotidiano escolar enfrenta limites históricos, políticos e institucionais que influenciam a organização e o funcionamento das escolas. Estudos como os de Hora (2010) evidenciam que a gestão democrática envolve práticas participativas que nem sempre se efetivam, em razão de estruturas centralizadoras e da fragilidade dos mecanismos de participação. Na mesma direção, Luck (2017) afirma que a democratização da gestão requer mudanças na cultura organizacional e nas relações de poder, constituindo um processo complexo e gradual. Além disso, Libâneo (2013) ressalta que a escola ainda apresenta características marcadas pela hierarquização e centralização das decisões, limitando a participação da comunidade e revelando contradições entre o princípio democrático e sua materialização na prática educativa.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão problema: quais são os desafios e limites para a concretização da gestão democrática no cotidiano da escola pública? Parte-se do pressuposto de que, embora a gestão democrática seja um princípio da educação pública brasileira, sua efetivação enfrenta limites relacionados a fatores estruturais, culturais e políticos que interferem na organização e nas práticas escolares. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a gestão democrática como princípio da educação pública e os desafios para sua concretização no contexto escolar.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a compreensão e a análise de concepções teóricas acerca da democracia e da gestão democrática na escola pública, considerando seus fundamentos, contradições e desafios no contexto educacional. A pesquisa exploratória, por sua vez, tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para torná-lo mais explícito e favorecer o aprimoramento das ideias e a construção de reflexões acerca do objeto de estudo. Conforme destaca Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, sendo particularmente útil quando o tema requer maior aprofundamento teórico e analítico.

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido com base em “pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da análise de material já publicado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”, segundo Gil (2002, p. 44), podendo constituir-se como procedimento central em investigações que buscam analisar e compreender determinado fenômeno à luz da produção teórica existente.

Nesse sentido, foram selecionadas e analisadas obras de autores que discutem a democracia e a gestão democrática no contexto educacional brasileiro, com destaque para as contribuições de Bobbio(1986,2000), Paro (2017), Hora (2010), Luck (2017) e Libâneo (2013), cujas produções possibilitam compreender os fundamentos, os princípios e os desafios relacionados à efetivação da gestão democrática na escola pública. A análise do material bibliográfico foi realizada por meio de leitura, seleção e interpretação das obras, buscando identificar as principais concepções teóricas, aproximações e contradições relacionadas ao objeto investigado. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em fontes públicas e de acesso aberto, o estudo não envolveu a participação direta de seres humanos, não sendo necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as diretrizes éticas vigentes para pesquisas dessa natureza.

Resultados e Discussões

A análise da literatura permitiu compreender que a democracia constitui o fundamento político que sustenta a ideia de gestão democrática na escola pública, estando relacionada, essencialmente, à participação dos sujeitos nos processos decisórios. Nesse sentido, Norberto Bobbio afirma que

[...] por ‘democracia’ entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia (Bobbio, 2000, p. 7).

Essa definição evidencia que a democracia se caracteriza pela distribuição do poder entre os membros da coletividade, constituindo-se como um princípio que se opõe à centralização e ao autoritarismo. Ao relacionar esse entendimento com o contexto educacional, compreende-se que a escola pública democrática pressupõe a participação dos diferentes sujeitos que a compõem, como professores, estudantes, gestores e comunidade, nos processos de tomada de decisão, superando estruturas organizacionais baseadas na concentração do poder. Entretanto,

o próprio desenvolvimento histórico da democracia moderna revela limites que contribuem para a compreensão das dificuldades de sua concretização na escola.

Segundo Bobbio (1986), a democracia moderna caracteriza-se pela representação política, na qual os cidadãos elegem seus representantes, responsáveis por deliberar em nome do conjunto da sociedade. Para o autor, a regra da maioria constitui o princípio fundamental desse sistema, conferindo legitimidade às decisões coletivas. Entretanto, o representante não deve estar preso a um mandato vinculado, ou seja, não pode agir apenas como porta-voz automático da vontade imediata de seus eleitores, mas deve atuar com certa autonomia, orientado pelos interesses gerais. Essa concepção pressupõe que o exercício da representação envolve responsabilidade política e capacidade de julgamento, permitindo que o representante tome decisões considerando o conjunto da sociedade e não apenas demandas particulares. No contexto escolar, essa lógica pode ser observada, por exemplo, na atuação de gestores escolares que, embora ocupem posições de representação, nem sempre conseguem garantir a participação efetiva dos demais segmentos, o que revela uma das contradições entre o princípio democrático e sua materialização na prática.

A análise das contribuições de Paro (2017) evidencia que a escola pública, inserida em uma sociedade marcada por desigualdades, não se constitui automaticamente como um espaço democrático. Ao contrário, segundo o autor, a escola pode atuar como reprodutora da ideologia dominante, ao desconsiderar os valores das classes dominadas e contribuir para a legitimação das desigualdades sociais, na medida em que reforça posições sociais determinadas pela estrutura econômica favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. Tal constatação evidencia que a existência formal da gestão democrática não garante, por si só, a democratização das relações escolares, uma vez que essas relações estão condicionadas por fatores estruturais mais amplos. Nesse sentido, a democratização da escola exige transformações que ultrapassem mudanças meramente formais na organização institucional. Conforme Paro (2017), a transformação da escola em uma instituição comprometida com a emancipação social está condicionada à sua apropriação pelas classes trabalhadoras, o que exige a superação das formas tradicionais de autoridade e a reorganização das relações de trabalho que estruturam o cotidiano escolar. Essa perspectiva evidencia que a gestão democrática envolve a redistribuição do poder no interior da escola, de modo a possibilitar a participação efetiva dos diferentes sujeitos.

Entretanto, segundo Luck (2017), a concretização dessa proposta enfrenta limites relacionados à cultura organizacional e às estruturas hierárquicas que historicamente caracterizam a instituição escolar. Libâneo (2013) reforça essa análise ao evidenciar que a organização escolar é permeada por dimensões políticas e administrativas que influenciam diretamente as possibilidades de democratização. Segundo o autor, considerando que a escola exerce papel decisivo na formação humana por meio de sua função mediadora, sua organização deve estar fundamentada em intencionalidades políticas e pedagógicas; contudo, na prática, verifica-se a predominância da atuação gestora nos aspectos administrativos, em detrimento do envolvimento direto com as dimensões pedagógicas. Essa afirmação evidencia que a organização da escola não é neutra, sendo orientada por concepções políticas que influenciam a forma como o poder é exercido. Nesse contexto, a centralização das decisões na figura do gestor pode limitar a participação dos demais sujeitos, dificultando a efetivação da gestão democrática.

Além disso, Libâneo (2013, p. 116) destaca que “as formas convencionais de representação política continuam em vigor, mas sabemos que as camadas populares levam desvantagem na efetivação da participação política em relação às classes dominantes”, evidenciando que a desigualdade social constitui um fator que interfere diretamente na participação democrática. Essa constatação é particularmente relevante no contexto da escola pública, uma vez que a participação da comunidade escolar pode ser limitada por fatores como a falta de acesso à

informação, as condições socioeconômicas e a própria estrutura organizacional da instituição. Dessa forma, verifica-se que a gestão democrática enfrenta limites que extrapolam o âmbito escolar, estando relacionados às desigualdades presentes na sociedade.

A análise das contribuições de Hora (2010) evidencia que a democratização da escola envolve a transformação das práticas sociais que se desenvolvem em seu interior. Conforme afirma a autora,

[...]o fazer democrático no interior da escola realiza-se pela transformação das práticas sociais que ali se constroem, tendo como foco a necessidade de ampliar os espaços de participação e de debates, preservando as diferenças de interesse entre os diversos sujeitos e grupos em interação (Hora, 2010, p. 32).

Essa perspectiva destaca que a gestão democrática não se limita à criação de mecanismos formais de participação, mas envolve a construção de relações baseadas no diálogo e na participação efetiva dos sujeitos. Nesse sentido, a autora ressalta ainda que a democratização da escola somente se materializa quando se asseguram condições concretas de participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios, articuladas à transparência e à socialização das informações institucionais. Essa afirmação evidencia que a democratização da escola depende tanto da participação quanto do acesso à informação, elementos que possibilitam aos sujeitos compreender e intervir na realidade escolar. Entretanto, a análise da literatura evidencia que esses elementos nem sempre estão presentes de forma efetiva, o que constitui um dos principais desafios para a concretização da gestão democrática. Dessa forma, os resultados deste estudo evidenciam que, embora a gestão democrática esteja instituída como princípio da educação pública, sua concretização no cotidiano escolar ocorre de forma limitada e contraditória. Entre suas principais potencialidades, destaca-se a possibilidade de promover a participação dos sujeitos, contribuir para a democratização das relações escolares e favorecer a construção coletiva das decisões. Entretanto, entre os desafios para sua concretização, destacam-se a persistência de estruturas hierárquicas, a centralização do poder, as desigualdades sociais e as dificuldades relacionadas à construção de uma cultura democrática. Esses resultados evidenciam que a efetivação da gestão democrática constitui um processo complexo, que depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também da transformação das relações sociais e das práticas institucionais que estruturam o funcionamento da escola pública.

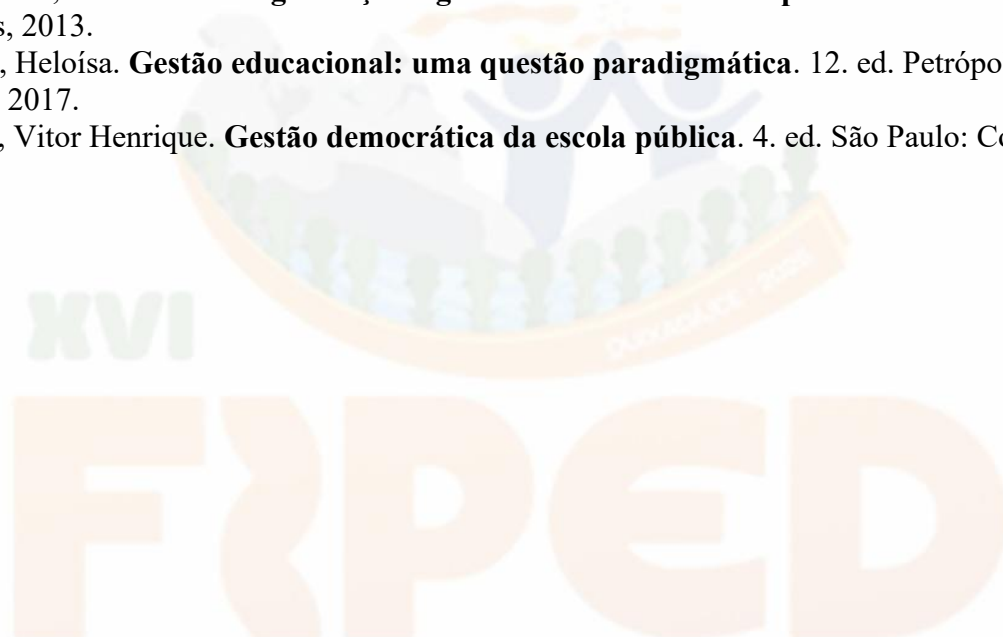
Conclusões

A democracia constitui um princípio fundamental da educação pública brasileira. Sua concretização, entretanto, ocorre de forma limitada no cotidiano das instituições escolares. Essa limitação revela a existência de contradições entre o princípio democrático previsto nos marcos legais e a realidade vivenciada na escola pública. A gestão democrática apresenta-se como uma possibilidade concreta de materialização da democracia no espaço escolar, mas sua efetivação depende da participação ativa dos diferentes sujeitos da comunidade escolar nos processos decisórios. Essa participação exige acesso à informação, espaços de diálogo e condições institucionais favoráveis. A organização hierárquica ainda presente na escola limita o envolvimento coletivo e concentra o poder de decisão. As desigualdades sociais também interferem na concretização da democracia, pois influenciam as condições de participação dos sujeitos. Esse cenário demonstra que a democratização da escola não se realiza de forma plena. Persistem desafios estruturais, políticos e institucionais que dificultam sua efetivação. A superação desses desafios constitui condição necessária para o fortalecimento da gestão democrática e para a consolidação da escola pública como espaço de formação cidadã.

Palavras-Chave: Participação; Organização escolar; Cultura democrática

Referências

- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 4ª reimp. da 6. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia